



2017

ISSN: 2359-6597

A FORMAÇÃO DO SUJEITO NA ESCOLA MODERNA E CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA ESCOLARIZAÇÃO BURGUESA E DA FORMAÇÃO *OMNILATERAL*

Paulo Sérgio Machado*
Arnildo Pommer**

Resumo: Este artigo tem por objetivo fazer uma apreciação crítica da Educação no Brasil a partir do texto *Escolarização burguesa e formação omnilateral*, de André Rodrigues Guimarães, et al, publicado em RTS Revista Tecnologia e Sociedade, p.15-29, em 2008. A metodologia utilizada será a histórico-crítica e para essa análise faremos uma associação do texto citado com as Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro, de 1942, no que diz respeito aos princípios norteadores subjacentes a essa Reforma. A conclusão preliminar a que chegamos é a de que a atual reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) tem fortes ligações com a reforma, de 1942 quanto a manutenção do dualismo de classes através da educação.

Palavras-chave: Reforma Capanema. Positivismo. Lei 13.415. Novo Ensino Médio.

Introdução

A Educação no Brasil desde o período colonial até nossos dias mostrou-se dicotômica e esteve a serviço da classe dominante. O que foi afirmado pode ser comprovado em uma vasta literatura de autores como Cunha (1981), Gadotti (1983), Simon (1986), Bosi (1992), Ghiraldelli (1992), Kuenzer (1992), Saviani (1999), Manfredi (2002), Guimarães (2008), Ciavatta (2013), dentre outros. Todos esses autores relacionam as mudanças propostas na educação do Brasil com os ideais do positivismo, isto é, da manutenção de duas classes distintas na sociedade, a qual seria composta de duas classes, sendo que uma representa a ordem (a estática social) e a outra o progresso (a dinâmica social).

* Graduado em Filosofia - Licenciatura Plena (UNIFRA); Especialista em Ensino Religioso (FAPAS), Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) - Santa Maria - RS. Colégio Marista Santa Maria. E-mail: paullo_machado@hotmail.com

** Graduação em Filosofia pela Unijuí; Mestrado e Doutorado em Filosofia pela PUC-RS; Professor Voluntário da UFSM. E-mail: pommer.arnildo@gmail.com

A delimitação do tema deste estudo se dará em Guimarães (2008, p. 16) que neste texto tem como objetivo “fazer uma análise da função da escolarização na formação do sujeito”, principalmente no que se refere à preparação de mão de obra para o mercado de trabalho. Análises semelhantes foram feitas pelos autores citados anteriormente também referenciadas nas Leis Orgânicas do Ensino promulgadas em 1942, quanto à intenção de readequar a qualificação profissional para uma formação ideológica com o Sistema “S”¹.

O texto analisado está dividindo em quatro partes. A saber: a função social da escola na acepção burguesa; a posição do trabalhador na produção fordista e na toyotista quanto aos padrões produtivos; a contraposição entre a função unilateral da escola burguesa e escola *omnilateral*; e, por fim, o texto apresenta a contribuição da escola para a superação da opressão da classe trabalhadora pelos donos do capital.

O autor faz um relato histórico do surgimento da necessidade da escolarização a partir do surgimento do capitalismo, como consequência da decadência do sistema feudal, no final do século XV. Foi nesse momento histórico que surgiu uma classe que se dedicava ao comércio de mercadorias e também da prestação de serviços, a burguesia. Esses comerciantes, que ganharam muito dinheiro, surgiram fora dos muros e acabaram por criar novos muros (daí burgos - cidade com muros). Esta nova classe foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo e, mais tarde, por desencadear aquilo a que se chama de Revolução Industrial, do século XVIII e também, no final desse mesmo século, a Revolução Francesa (1789).

A chamada Revolução Industrial mudou drasticamente o modo de produção e se consolidou, ideologicamente, com a Revolução Francesa de 1789, pois como modo de produção específico, o capitalismo havia iniciado na Inglaterra. Em decorrência da necessidade de adequação, especialmente do campesinato expulso da terra devido a sua transformação em mercadoria, aos moldes industriais de trabalho, foi preciso repensar a educação oferecida às massas, de modo a torná-las mais bem preparadas para ser mão de obra rápida e barata para as fábricas.

Mais ou menos um século e meio depois, modificação análoga ocorre no Brasil, primeiro com o início tardio de sua industrialização (capitalismo associado subalterno) o que passou a exigir mão de obra treinada. Para alcançar esta finalidade de treinamento dos

¹ Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>.

trabalhadores para as incipientes fábricas emergentes, foram promulgadas leis também específicas para tanto, a partir da década de 1940. Situação análoga às mudanças propostas em 1942 para a educação no Brasil, acreditamos estar se repetindo com a atual proposta do Novo Ensino Médio, estabelecida pela promulgação da Lei 13.415 de 2017. Estudos preliminares da atual lei indicam que, novamente, a escola está se tornando um instrumento, não de preparação para o mundo, mas para o mercado do trabalho.

Portanto, é nesse contexto que surge a escola subserviente ao sistema vigente se renova em sua postura ideológica, não atingindo, no entanto, a questão de fundo, que é a formação *omnilateral* do estudante brasileiro. Como Marx escreve no seu livro denominado de O 18 Brumário de Louis Bonaparte, “a história se repete como farsa”, ou seja, os antigos postulados de dominação da classe trabalhadora são-nos apresentados com um novo verniz. Leiamos as suas próprias palavras: “Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem como que duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: uma vez como tragédia e a outra como farsa” (MARX, 1982, p, 417). Nas sociedades capitalistas, a desigualdade se forma e se desenvolve tendo a exploração como fundamento, ou seja, a desigualdade é reproduzida incessantemente e, conforme analisa Marx, “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (Marx, 1848, p. 12).

1 Aparelho ideológico do Estado

A primeira parte do artigo faz referência ao argumento de que “a classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e as suas ideias” (GUIMARÃES, 2008, p. 18). Um dos resultados dessas revoluções foi a criação das escolas de “adestramento” que, servindo ao Estado Burguês, estabeleceram a relação que dura até nossos dias, como se infere das leituras sobre os princípios norteadores das primeiras leis sobre a educação no Brasil, em 1942, as quais foram promulgadas no momento de maior urbanização e, portanto, de necessidade de mão de obra especializada para o país.

Na relação entre a escola burguesa e as Leis Orgânicas no Ensino, propostas por Gustavo Capanema, em 1942, verifica-se que estas leis mais do que legalizar as diferenças de classes sociais, incentivou a crença de que, por natureza, alguns nasceram para mandar e outras (a maioria) para obedecer, deixando clara a função unilateral do sistema educacional. O argumento anterior pode ser confirmado na grande contribuição da escola enquanto Aparelho

Ideológico de Estado que organiza ideologicamente as relações entre explorados e exploradores, dentro de uma formação social capitalista, na obra de Althusser (1980). A Escola foi transformada em um aparelho ideológico a serviço do capitalismo, ou num “aparelho ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante [...]” (ALTHUSSER, 1980, p. 14). Cada indivíduo é educado para desempenhar um papel específico na sociedade, mas sem com isso alterar suas raízes sociais, portanto, mantendo intacta a estrutura da propriedade privada dos meios de produção.

2 A posição do trabalhador

Para corresponder à segunda parte, a saber, escrever sobre a função ou posição do trabalhador no sistema de produção taylorista-fordista e, mais tarde, no sistema toyotista, o que não é a mesma coisa do que modo de produção, quanto aos padrões produtivos, os autores do artigo fazem um salto no tempo para a década de 1970. Nessa década acontece a crise do padrão produtivo taylorista-fordista e ocorre a substituição deste padrão pelo atual, que se denominou toyotismo. Para os autores do texto que analisamos e relacionamos com as Leis Orgânicas do Ensino, “o binômio taylorismo-fordismo caracterizou-se como um modelo produtivo de caráter rígido, cuja finalidade era controlar a intensa fragmentação das atividades produtivas” (Guimarães, 2008, p. 20). A esse processo, Marx chamou de alienação, que é quando o proletário não mais detém a compreensão de todo o processo, de modo a não saber mais o que está produzindo e para quê, perdendo o controle sobre os frutos do seu trabalho.

Para Ciavatta (2013, p. 294), “apenas na metade do século XX o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado”. Ainda que essa preocupação fosse para atender à demanda da mão e obra qualificada para o novo mercado de trabalho.

O texto aponta também para a ideia de que o fim do Estado de Bem-estar Social nos Estados Unidos e em alguns países da Europa ocorreu por volta de 1970 e, para substituí-lo com vistas a manutenção das taxas de lucro do capital, engendra-se o que se conhece atualmente como neoliberalismo econômico, ou seja, a diminuição da interferência do Estado na assistência social aos trabalhadores e o aumento do aporte financeiro do Estado, via transferência de dinheiro público aos banqueiros e grandes corporações industriais, fato que ocorre mais especificamente nos países do capitalismo hegemônico. Em alguns dos países subdesenvolvidos isso também ocorre, como no Chile, Brasil e outros.

Em se tratando da burguesia brasileira, especificamente, ela também tratou de se adequar ao capitalismo neoliberal para manter-se no poder. O Estado mínimo é a condição para a política Neoliberal. Quanto ao argumento do aumento do controle exercido por instituições privadas que aparecem como reguladoras da economia e da educação, POMMER & POMMER no artigo A educação profissional na era da acumulação flexível: o caso do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria do livro Educação profissional em destaque [recurso eletrônico]: filosofia em diálogo com outros saberes / organização Aline Cardoso de Oliveira Macedo... [et al.]. – Santa Maria: NTE da UFSM, 2017, afirmam que

foi por isso que a escola passou a ser objeto de controle e avaliação de economistas e não de profissionais da área da Educação. Várias agências internacionais criadas para esse fim passaram a medir a educação com a fita métrica dos resultados operacionais do sistema financeiro e industrial e não por critérios científicos, estéticos e ético-políticos. (POMMER, A; POMMER, R. G. in MACEDO, 2017, p. 263).

No entanto é necessária aqui uma explicação suplementar, anteriormente já indicada. O modo de produção capitalista pode ser definido como aquele que tem o capital como mediador, ou seja, toda a organização da vida de qualquer pessoa depende não da ideia, mas da operacionalidade lucrativa do capital, de sua intervenção dominante em qualquer âmbito social ou privado. Dentro do modo de produção mediado pelo capital, no entanto, existem modelos de operacionalização do trabalho A acumulação flexível, ou toyotismo é um deles, assim como o taylorismo-fordismo era o modelo anterior. Estes modelos operacionais são propostos com a finalidade de maximizar as taxas de lucro ou de mais-valia, são apenas formas de organização do trabalho dentro do modo de produção mediado pelo capital. Assim sendo, os demais aparelhos ideológicos necessitam adequar as suas diretrizes operacionais ao modelo de organização do trabalho determinado historicamente, como o caso da escola. Por exemplo, a partir da ideia de produção por demanda, pode ser utilizada como recurso pedagógico na educação, uma vez que:

no cenário educacional há uma demanda em ofertar, para a classe trabalhadora, cursos técnicos de adestramento rígido, reforçando ideologicamente o tecnicismo pedagógico como responsável pelo desenvolvimento social e econômico, tanto na esfera individual quanto na coletiva. (GUIMARÃES, 2008, p. 21).

Nesse contexto de desenvolvimento social e econômico, a introdução de máquinas mais “inteligentes” impôs ao trabalhador a busca de competências profissionais flexíveis para a adequação ao mundo do trabalho. Para Guimarães (2008, p. 22), “ao indivíduo recai a

responsabilidade de manter-se o tempo todo qualificado, ou seja, empregável, caso contrário, ficará alijado da possibilidade de, pelo menos, disputar um emprego”.

Quanto à Escola, a essa coube “adequar a educação do trabalhador às exigências da ‘sociedade do conhecimento’” (KUENZER, 1998, p, 73), ou seja, de desenvolver no trabalhador a competência de educar-se permanentemente para resolver problemas complexos. Estar qualificado foi mais uma tarefa que o sistema burguês delegou para o trabalhador, de modo que “exige dos trabalhadores maior envolvimento na gestão laboral a partir das ‘células de produção’” (GUIMARÃES, 2008, p.21). Porém, este “maior envolvimento” alcança apenas uma minúscula etapa do trabalho, isto é, os responsáveis por um determinado *quantum* de produção necessitam alcançá-lo resolvendo dificuldades operacionais momentâneas, mas não participação, em hipótese alguma das decisões maiores de planejamento. Exemplo: se uma determinada etapa da atividade de montagem opera com vinte operários, mas um deles não veio trabalhar porque adoeceu, os dezenove presentes, precisam cobri-lo para que a produção não seja prejudicada. No máximo, admite-se que um trabalhador-reserva venha cobri-lo. Portanto, em vez de maior envolvimento o que existe é maior responsabilização dos trabalhadores no cumprimento das tarefas.

3 Omnilateralidade

A terceira parte do artigo faz referência à concepção *omnilateral* da formação. Esse conceito se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado. O trabalho alienado é representado quando da dependência da escola ao sistema produtivo com a intenção de “formar para a empregabilidade” (GUIMARÃES, 2008, p. 23). Ela implica o aprendizado dos princípios de todas as ciências, da Filosofia, da Estética e da prática da Educação Física. O ponto central está nos “princípios”, ou seja, é necessário que os filhos dos trabalhadores tenham uma escola capaz de lhes ensinar ciência básica no lugar de fragmentos operativos. A partir da compreensão do princípio básico de cada ciência, chegar à operação muito simples, mas é praticamente impossível fazer o caminho inverso.

Quanto ao trabalho alienado relacionado com uma escola que serve ao capital, compreendemos que à concepção *omnilateral* de educação, em Marx, deva-se associar a necessidade, urgente, de analisar e compreender as políticas educacionais. Essa é a justificativa deste artigo onde nos propomos a analisar as influências do positivismo nas Leis Orgânicas do Ensino, na Reforma Capanema, uma vez que estas estão imbricadas no

materialismo histórico, conforme a tese de Marx de que os homens fazem a história, mas não em condições escolhidas por eles.

Segundo Libâneo (2003), é errônea a ideia de que essa qualificação profissional unilateral construa uma educação mais democrática e cidadã. Antes, forma apenas para a competitividade. Para este pensador, a educação de qualidade “é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais” (Libâneo, 2003, p. 119). Frigoto (2004, p. 63), concorda com essa concepção de educação, ao afirmar que essa condição “trata-se, pois, de estruturas e determinações socialmente produzidas e, portanto, socialmente passíveis de serem alteradas pela ação consciente dos sujeitos humanos”.

4 Contribuição da escola

A quarta parte do texto apresenta a contribuição da escola para superação da opressão humana. A análise desse artigo permite a compreensão que “é preciso combater a exacerbação do indivíduo como responsável, através da formação polivalente, por sua inclusão e sucesso no mundo do trabalho” (GUIMARÃES, 2008, p. 26). Ou seja, a solução passa pela compreensão do processo todo, do combate da alienação e da unilateralidade da compreensão do mundo determinada pela mediação do capital, ou seja, a escola não poderia pura e simplesmente acatar determinações exteriores na determinação dos currículos.

As leis promulgadas em 1942 e em 2017 se mostram especialmente semelhantes quanto à preparação para o mercado do trabalho, pois da mesma forma que na reforma Capanema, alguns poucos chegarão ao nível superior. A grande maioria terá apenas a formação profissional básica. No Brasil, historicamente, houve esta separação proposital desses dois públicos, ou dessas duas classes de pessoas, especialmente na escolarização, porque a reforma era “a organização de um sistema de ensino bifurcado, com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as ‘classes populares’” (GHIRALDELLI, 1992, p. 84). O mais importante, porém, é compreender que a escola sozinha pouco poderá fazer para modificar a estrutura da propriedade privada dos meios de produção.

A Lei nº 13.415, traz no artigo 36 a informação que o Ensino Médio deverá incluir “Itinerários formativos” tais como: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais

aplicadas; e, V - formação técnica e profissional. Este último itinerário, operacionalmente, se mostra semelhante à reforma Capanema quanto à preparação de mão de obra para o setor industrial e de negócios.

Uma escola que pretenda a formação não para o mercado, mas para o mundo do trabalho deve estar fundada na concepção do materialismo histórico que, dialeticamente e criticamente, elucide as contradições da pedagogia burguesa. Afinal, “os proletários nada têm a perder, exceto seus grilhões. Têm um mundo a ganhar” (Marx, 1848, p. 84). Ganham quando, pela educação desenvolvem o intelecto, abrindo-lhes não somente novas perspectivas de trabalho, mas a possibilidade de compreenderem que a mediação comunal do metabolismo social pode ser uma das únicas alternativas ao domínio do capital.

As mudanças na educação exigem a radicalidade de um ensino politécnico, que permita a eliminação radical das diferenças de classes que permita “uma educação baseada no princípio da escola unitária para todos, independente de sua classe social de origem” (RAMOS, 2010, p. 31).

Conclusão

Este artigo teve como proposta a análise do texto *Escolarização burguesa e a formação omnilateral* e buscou a relação entre a ascensão da burguesia ao poder, a subjugação do Estado e conseqüentemente da Escola aos interesses dessa classe. A outra relação feita neste estudo foi a associação do supracitado texto ao problema da influência do positivismo nas Leis Orgânicas do Ensino Brasileiro de 1942 quanto à legalização da estratificação social na educação. É importante chamar a atenção para este aspecto do problema. Nas sociedades nas quais o capital é a única medida de valor (em todos os sentidos de valor), existem classes sociais antagônicas, sendo as duas principais: a dos trabalhadores e a dos donos do capital. Estas classes existem, são antagônicas entre si por sua determinação histórica, mas não são naturais. O que se pretendeu fazer com a reforma Capanema foi a legalização daquilo que existe de fato, como se a oposição entre as classes antagônicas pudesse desaparecer por intermédio de uma determinação moralizante aos moldes do positivismo de Augusto Comte. Comte é bem específico: ele utiliza o termo proletário para definir os trabalhadores, e industriais para definir os donos do capital. Ele defende que o bom proletário deva ser submisso ao industrial quando estabelece a ordem como estática social e o progresso como a dinâmica social.

Lidos os textos e feitas as análises destes, concluímos que o processo relatado a partir da década de 1970, pode ser antecipado para a década de 1940, uma vez que alguns pensadores como Ghiraldelli (1992), Benoit (1999), Manfredi (2002), entre outros, já denunciavam essa legalização das estratificação feita pela educação, a exemplo da afirmação da Manfredi (2002) “a Política Educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual” (MANFREDI, 2002, p. 95), assim como pode ser atualizado para o nosso tempo quando fazemos um estudo da atual Lei que Institui o Novo Ensino Médio.

Este estudo procurou demonstrar que a escola cumpriu e ainda cumpre função social preponderante a serviço do poder dominante. Sobre essa afirmação, Benoit (1999), no *livro Sociologia Comteana, gênese e devir* mostra que o pensamento comteano surge num quadro histórico cujos elementos centrais são: a) a emergência da chamada sociedade industrial, b) a coexistência instável entre aristocracia rural e burguesia industrial, conforme se pode ver na parte 1 do artigo analisado.

Na segunda parte deste texto, fica explicitada a necessidade de a escola estar a serviço da ideologia da classe dominante, e mais ainda, de produzir a mão de obra, já “adestrada” no formato da esteira toytista de produção, descentralizada e alienada. Alienada na definição de Marx, porque assim, o homem se torna um simples acessório da máquina, tornando-se assim, o trabalho sem nenhum atrativo e sem autonomia.

Na penúltima parte, Guimarães apresenta o conceito marxista de *omnilateralidade* que considera a educação em todas as dimensões humanas, para criticar a unilateralidade da escola produzida através divisão do trabalho e da sociedade em classes opostas ente si pela burguesia capitalista. Por fim, analisamos a quarta parte, que tratou da escola moderna, que oprime, mas que também pode ser instrumento de superação dessa opressão. Entretanto, para haja essa superação, é preciso que, aqueles que pensam a escola, sejam também aqueles que tomam as decisões conscientes, uma vez que estes estão, agora, imbuídos da *omnilateralidade*, ou seja, do conhecimento de todas as instâncias de possibilidades da educação.

Assim, sendo fiel à metodologia histórico-crítica com uma abordagem dialética que pressupõem a educação como sendo dinâmica e que, portanto, precisa aprender a superar as suas próprias contradições históricas, é que finalizamos esse artigo na certeza do não esgotamento do tema. Notadamente porque a principal questão tratada - a reforma do ensino médio - ainda oportunizará muitas discussões.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Biblioteca Universal Presença. 1980.
- BENOIT, Lelita de Oliveira. **Sociologia Comteana: gênese e devir**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- CIAVATTA, Maria. IN: **Texto preparado para o Colóquio ‘A produção do conhecimento em educação profissional’**, IFRN, Campus de Natal, RN, 19-20/maio/2011.
- CUNHA, Célio da. **Educação e Autoritarismo no Estado novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.
- FRIGOTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 77-108).
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: Um estudo introdutório**. 3. edição. São Paulo: Cortez: autores associados, 1983.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo. Cortez,1992.
- GUIMARÃES, André Rodrigues. **Escolarização burguesa e formação omnilateral**. RTS Revista Tecnologia e Sociedade. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2510>>. Acesso em: 29 maio 2017.
- KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo**. 2. Ed. São Paulo:Cortez, 1992.
- LIBÂNEO, José Carlos. **A educação escola pública e democrática no contexto atual: um desafio atual**. In: Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. et al. Educação escolar: Políticas, estruturas e organização.São Paulo: Cortez, 2002.
- MACEDO, Aline Cardoso de Oliveira. **Educação profissional em destaque** [recurso eletrônico]: filosofia em diálogo com outros saberes / organização Aline Cardoso de Oliveira Macedo ... [et al.]. – Santa Maria: NTE da UFSM, 2017.
- MARX, Karl (1848). **O manifesto comunista**. Edição ebooksbrasil.com, 1999.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Obras escolhidas, V. 1. Lisboa/Moscou, 1982.
- RAMOS, Lilian M. P. C. **Contribuições de Marx, Engels e Gramsci para a análise da relação entre trabalho e educação na atualidade**. RETTA, Vol I, nº 02, p, 31-47, jul./dez. - 2010.

SIMON, Maria Célia. O Positivismo de Comte. In: REZENDE, Antonio (Org). **Curso de Filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/SEAF, 1986.